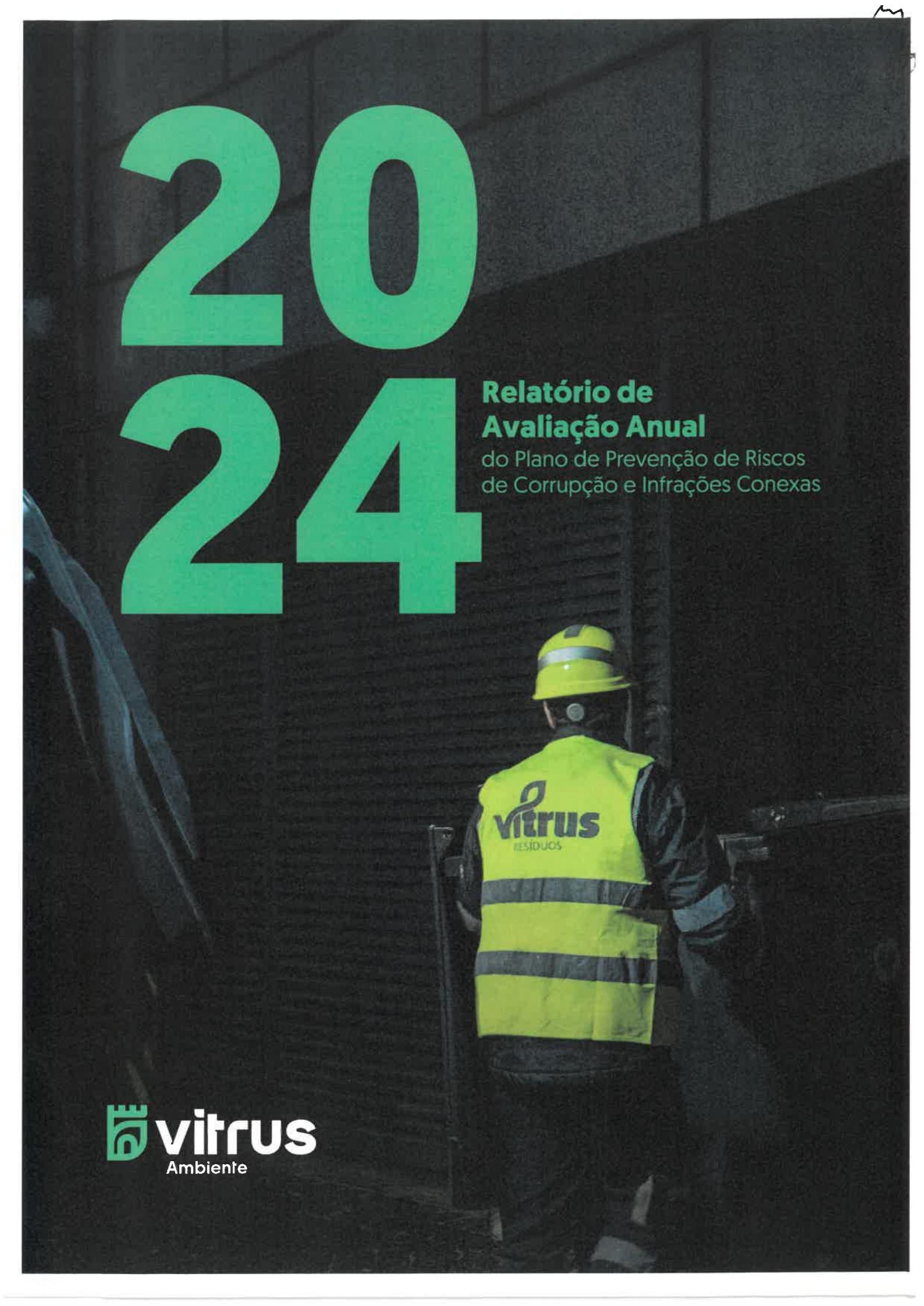
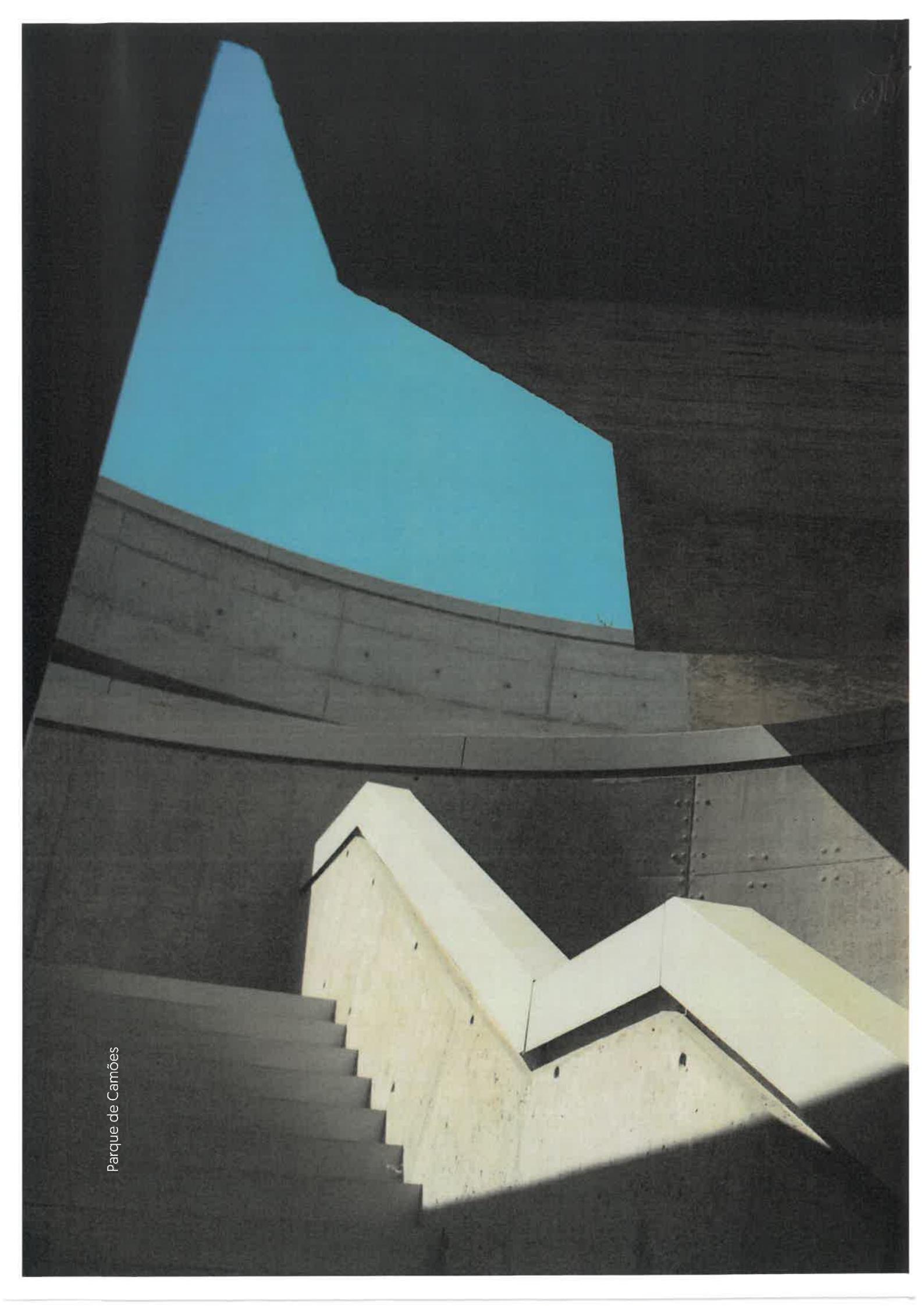


20 24



Relatório de Avaliação Anual

do Plano de Prevenção de Riscos
de Corrupção e Infrações Conexas



Parque de Camões

índice

- P. 5** Enquadramento
- P. 6** Avaliação Anual
- P.13** Conclusão
- P. 14** Objetos de melhoria nas
atividades para o ano 2024

7/07



Serviço

Espaços Verdes

3
GFD



Enquadramento

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que substitui a Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho, que determina que as entidades devem proceder à elaboração de dois relatórios de avaliação de execução: um, intercalar, relativamente às situações identificadas de risco elevado ou máximo; e outro, anual, contendo a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas, bem como a previsão da sua plena implementação.

Assim, em conformidade com a alínea b), do n.º 4, do artigo 6º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, a VITRUS Ambiente, EM SA (doravante VITRUS) procedeu à elaboração do Relatório de Avaliação Anual.

Do presente relatório reporta-se à execução do PPR referente ao ano 2024, no qual se evidenciam os procedimentos e medidas de controlo já implementadas pela VITRUS, bem como o respetivo estado de evolução da implementação do programa de cumprimento normativo, numa lógica de melhoria contínua.

7/10



Avaliação Anual

O relatório de **Avaliação Anual** **de Execução** **do PPR** visa

fundamentalmente, avaliar se o PPR foi, de uma forma geral cumprido, **através da aferição do grau de execução das medidas propostas.**

Serviço

Higiene Urbana

7/07/2024

A elaboração deste relatório tem, assim, como **objetivo primordial** **reforçar a credibilidade da VITRUS,**

no contexto das suas atribuições, prevenindo e/ou combatendo a ocorrência de quaisquer riscos no âmbito de infrações relacionadas com a prática de atos de corrupção e infrações conexas. A revisão do PPR foi aprovada em dezembro de 2024, pelo que a avaliação ainda recai sobre o PPR anterior.

O PPR da VITRUS tem 27 riscos inerentes às atividades desenvolvidas pelos serviços, e 32 medidas para mitigação desses riscos, cuja situação se encontra sintetizada no Quadro 1.

Vitrus Ambiente				
Áreas	Riscos	Medidas	Implementadas	Em Implementação
Aquisições de bens e serviços	10	10	10	0
Prestação de serviços	6	9	9	0
Tráfico de influência sobre atos	4	6	6	0
Recursos humanos	2	2	2	0
Gestão financeira	3	3	3	0
Atividades operacionais	2	2	2	0
Total	27	32	32	0

Quadro 1 – Monitorização PPR 2024 | Riscos e respetivas medidas

7/07

Com base na identificação, avaliação e classificação de cada fator de risco associado a cada área de atividade considerada no PPR, com uma escala de risco alto, risco moderado e risco baixo em função de duas variáveis: a probabilidade de ocorrência da situação de risco (PO) e o Impacto estimado, caso o risco se concretize (IP), donde resulta o grau de risco (GR), conforme consta no quadro seguinte:

Grau de Risco (GR)		Probabilidade de Ocorrência (PO)		
		Alto	Moderado	Baixo
Impacto Previsível (IP)	Alto	Alto	Alto	Moderado
	Moderado	Alto	Moderado	Baixo
	Baixo	Moderado	Baixo	Baixo

A VITRUS identificou um conjunto de situações suscetíveis de se virem a constituir como riscos, conforme indicado na Tabela 1, onde se constata que a sua probabilidade de ocorrência seja baixa, donde resulta um grau de risco equiparado entre o baixo e o moderado, atendendo aos controlos e procedimentos internos já implementados.

Grau de Risco (GR)		Alto	Moderado	Baixo
1	Aquisições de bens e serviços não serem efetuados com procedimento de contratação adequado	Baixo	Alto	Moderado
2	Decisão de adjudicação não cumprir com requisitos definidos no caderno de encargos ou procedimentos em vigor na empresa	Baixo	Alto	Moderado
3	Inexistência de procedimento formalizado para aquisição de bens e serviços	Baixo	Alto	Moderado
4	Aquisição de bens e serviços não decorrem de necessidades efetivas/reais	Baixo	Alto	Moderado
5	Pedidos de compra não serem devidamente autorizados	Baixo	Alto	Moderado

7/07

Grau de Risco (GR)	Alto	Moderado	Baixo
6 Inexistência de contratos entre as partes detalhando as condições de fornecimento dos bens ou serviço	Baixo	Alto	Moderado
7 Acesso indevido a dados dos fornecedores registados no sistema informático	Baixo	Moderado	Baixo
8 Pagamentos efetuados não estarem de acordo com o contrato/proposta	Baixo	Alto	Moderado
9 Pagamento de bens e serviços que não foram entregues/devida serem executados	Baixo	Alto	Moderado
10 Fundamentação insuficiente do recurso a ajuste direto, quando aplicável	Baixo	Alto	Moderado
11 Inexistência de procedimento formalizado para a prestação de serviços	Baixo	Moderado	Baixo
12 Vendas não serem devidamente autorizadas	Baixo	Alto	Moderado
13 Inexistência de contratos entre as partes detalhando as condições de prestação do serviço	Baixo	Alto	Moderado
14 Acesso indevido aos dados dos clientes registados no sistema informático	Baixo	Moderado	Baixo
15 Inexistência ou deficiência na faturação de serviços que foram devidamente executados	Baixo	Alto	Moderado
16 Decisão não ser tomada por deliberação do Conselho de Administração, quando aplicável	Baixo	Moderado	Baixo
17 Processo não estar documentado e fundamentado	Baixo	Baixo	Baixo
18 Falta de controlo interno para as decisões das chefias de primeira linha	Baixo	Baixo	Baixo
19 Decisor ter interesses particulares relacionados com beneficiários da decisão tomada	Baixo	Baixo	Baixo
20 Designação de elementos que integrem o júri dos procedimentos de contratação que possam colocar em risco o resultado final	Baixo	Alto	Moderado
21 Recurso a trabalho extraordinário e contratações a termo, como forma de suprir necessidades permanentes	Baixo	Alto	Moderado
22 Falha no planeamento e na avaliação das necessidades e respetivas estimativas de custos	Baixo	Moderado	Baixo
23 Perda de valores ativos	Baixo	Baixo	Baixo
24 Falhas no controlo interno, na área do aprovisionamento, levando a erros na gestão do stock	Baixo	Baixo	Baixo
25 Utilização de equipamentos e viaturas para fins não autorizados	Baixo	Moderado	Baixo
26 Ocorrência de situações de favorecimento injustificado	Baixo	Baixo	Baixo

Tabela 1 – Riscos e probabilidade de ocorrência

A VITRUS, dispõe de vários instrumentos internos de prevenção, implementação e controlo de irregularidades, que visam uma atuação de acordo com os seus princípios e valores, nomeadamente o Código de Ética, o PPR bem como os mecanismos de controlo interno de cada uma das áreas funcionais da empresa.

Atualmente encontram-se implementadas na VITRUS, os seguintes procedimentos:

Área	Procedimentos Internos Implementados
Aquisições de bens e serviços	<ul style="list-style-type: none">• Existência de Código de Conduta e Ética da empresa• Existência de um Orçamento Anual Previsional• Existência de delegação de competências• O sistema de aprovação de requisições e pedidos de compras está definido no sistema informático, de acordo com a delegação de competências aprovada pelo Conselho de Administração• O acesso e registo de transações no sistema informático são restringidos em função do perfil do utilizador• Existência de procedimentos formalizados para a aquisição de bens e serviços• Obrigação de cumprimento da legislação aplicável em vigor• Utilização de um sistema informático integrado para agregar informação da requisição e pedido de compra, entrada de bens, autorização de pagamento, pagamento da fatura• Existência de independência funcional no processo de aquisição de bens e serviços• Existência de controlos internos de operação [análise estatística de consumos, consumos históricos]
Prestação de Serviços	<ul style="list-style-type: none">• Existência de Código de Conduta e Ética da empresa• Existência de um Orçamento Anual Previsional• Existência de delegações de competências• O acesso e registo de transações no sistema informático são restringidos em função do perfil do utilizador• Existência de procedimentos formalizados para a prestação de serviços• Obrigação de cumprimento da legislação aplicável em vigor• Utilização de um procedimento integrado para agregar informação do processo de prestação de serviços, faturação, controlo de pagamento• Existência de independência funcional no processo de prestação de serviços• Existência de controlos internos de operação [análise estatística de consumos, consumos históricos]
Tráfico de Influência sobre atos	<ul style="list-style-type: none">• Decisões são tomadas pelo Conselho de Administração, quando aplicáveis• As decisões dos Responsáveis de Serviço são acompanhadas pelo Administrador Executivo• As decisões do Conselho de administração são fundamentadas nas atas das respetivas reuniões• Existência do Código de Conduta e Ética da empresa• Cumprimento da legislação relativa ao regime de incompatibilidades para a ocupação de cargos de gestão pública• Existência de procedimentos de controlo internos
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none">• Verificar a composição do júri, no sentido de evitar o favorecimento de candidatos• Planeamento anual das necessidades dos serviços, por forma a recrutar trabalhadores recorrendo a figuras legalmente consagradas

7
GFB

Área	Procedimentos Internos Implementados
Gestão Financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma estrutura hierarquizada com vários níveis de decisão • Promover ações periódicas de verificação do cumprimento das regras de utilização/manuseamento dos documentos • Delinear procedimentos com normas e regulamentos bem definidos
Atividades Operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Efetuar o controlo rigoroso de todos os equipamentos e viaturas, bem como utilização de software de gestão de frota • Garantir o escrupuloso cumprimento das normas internas

Tabela 2 – Procedimentos internos implementados por área

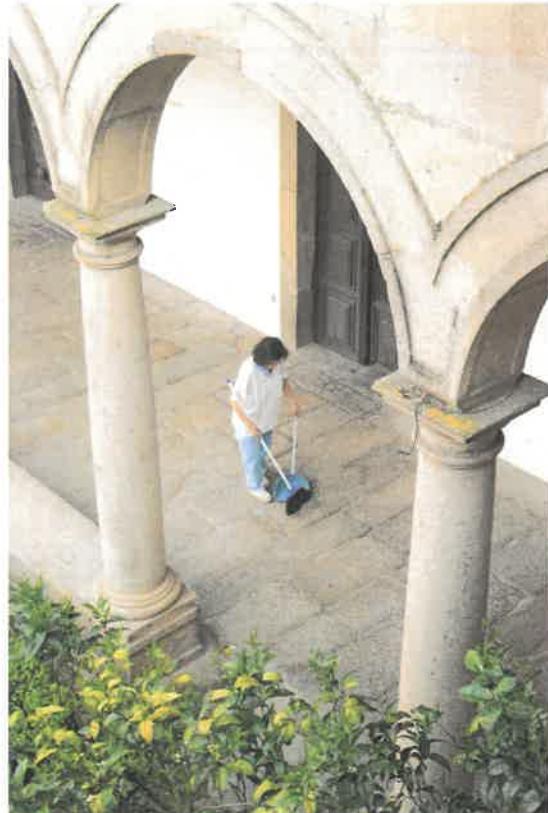
Com base na identificação, avaliação e classificação de cada fator de risco associado a cada área de atividade considerada no PPR, resultou que os riscos residuais apurados, correspondem equivalentemente a um nível baixo e médio.

Especificar que durante o ano de 2024 concluiu-se à implementação do programa de cumprimento normativo, por forma a fazer cumprir com rigor o disposto no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

Cumpre referir que, durante o ano de 2024, recebemos 1 denúncia através do Canal de Denúncia, que foi gerida em tempo útil e arquivada. Assim como, recebemos 4 denúncias via email, que também foram geridas em tempo útil e arquivadas.

Durante o ano 2024, a VITRUS, com o intuito de formar para a integridade, promoveu a alguns dos seus colaboradores a realização das seguintes ações de formação:

- “Regime Geral de Prevenção de Corrupção”, com duração de 3h e ministradas a 12 colaboradores;
- “Regime Geral de Proteção de Denunciante de Infrações, com duração de 3h e ministradas a 12 colaboradores;
- “Da preparação do procedimento à celebração do Contrato”, com duração de 14h e ministrada a 3 colaboradores



Serviço

Limpeza de Edifícios

Conclusão

A metodologia adotada para a realização deste relatório, assentou na verificação do cumprimento dos procedimentos internos de cada área pelos respetivos responsáveis. Deu-se, assim, continuidade à metodologia já implementada em anos anteriores.

Contudo, deve ter-se em consideração que o PPR, vertido no presente relatório não reflete o programa de cumprimento normativo, situação que ficou concluído em dezembro de 2024.

De acordo com o disposto nos números 6 e 7 do artigo 6º do RGPC, este relatório será disponibilizado a todos os colaboradores da VITRUS, no site institucional e enviado ao Município de Guimarães, IGAMAOT, bem como ao MENAC.

Objetos de melhoria nas atividades para o ano 2025

7/6/2024

No seguimento da análise sobre a implementação do PLANO, **existe ainda algum caminho a percorrer para o ano de 2025**, pelo que será benéfico:

- Investir e garantir a formação contínua e comunicação adequada com o objetivo de sensibilização para este tema das chefias e colaboradores;
- Fazer o acompanhamento da implementação das medidas preventivas em curso com os responsáveis das unidades orgânicas, por forma a elaborar/atualizar/concluir manuais de procedimentos, conforme consta no n.º 4 do artigo 15º do RGPC;
- Fazer o devido acompanhamento do Canal de denúncias interno;
- Trabalhar sempre numa ótica de melhoria contínua, tendo presente que o PPR será um dos instrumentos de gestão mais relevantes para a VITRUS.





**Por ti, para ti,
contigo!**

Vitrus Ambiente EM SA

Av. Cónego Gaspar Estaçô N° 606 Oliveira do Castelo
4810-266 Guimarães . geral@virusambiente.pt
virusambiente.pt



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

 **virus**
Ambiente